

política

Lula aguarda PT para troca em ministérios

Especulações apontam que ministro gaúcho Paulo Pimenta, da Secom, pode ser um dos substituídos na reforma

/ GOVERNO FEDERAL

Aliados do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmam que ele aguarda a definição sobre o calendário e o processo de sucessão dentro de seu partido para começar as mudanças no primeiro escalão do governo. A reforma ministerial então deve começar “em casa”, com uma troca de cadeiras nas pastas ocupadas por petistas.

Na sexta-feira, ao participar de maneira virtual da sessão de encerramento de seminário organizado pelo PT em Brasília, Lula disse que “há um erro do governo na questão da comunicação”. “Sou obrigado a fazer as correções necessárias”, afirmou. Interlocutores do presidente dizem que a fala foi a senha para o início do processo de mudanças. Nos bastidores, aliados apontam que o publicitário Sidônio Palmeira deve assumir a Secretaria de Comunicação Social da Presidência (Secom) em substituição ao atual ministro petista Paulo Pimenta.

No seminário, Lula também

chegou a criticar ele próprio, por não estar conversando mais com veículos de imprensa. “Eu quero dizer para vocês que há um erro, um equívoco meu na comunicação. O (secretário de Audiovisual, Ricardo) Stuckert costuma dizer ‘presidente, o senhor é o maior comunicador do nosso partido, o senhor tem que falar mais’. E a verdade é que eu não tenho organizado as entrevistas coletivas, elas não têm sido organizadas.”

O atual chefe da Secom é visto como próximo ao presidente e tem a simpatia da primeira-dama Janja. Ele poderia migrar para a Secretaria-Geral da Presidência, no lugar de Márcio Macêdo, que pode ser o novo tesoureiro do PT. Pimenta foi pego de surpresa com as críticas de Lula e houve quem as interpretassem como uma “demissão pública”.

Lula já vinha sinalizando que pretendia reforçar a comunicação do governo, trazendo Sidônio para trabalhar mais próximo a ele. Aliados de Pimenta, por sua vez, minimizavam os rumores. Ele se

licenciou do cargo em maio para se tornar secretário extraordinário para a reconstrução do Rio Grande do Sul, estado atingido por inundações. Em seu lugar, assumiu interinamente Laércio Portela, que foi elogiado dentro do governo.

Também aumentou a expectativa para que a presidente nacional do PT, Gleisi Hoffmann, venha a assumir o Ministério do Desenvolvimento Social, hoje comandado pelo ex-governador do Piauí e senador licenciado pelo partido, Wellington Dias. Mas a mudança depende da posição de Gleisi sobre abreviar seu mandato como presidente do PT. A eleição está prevista para julho de 2025.

Dirigentes do partido afirmam ser possível que Gleisi deixe a presidência e antecipe o processo eleitoral interno para assumir um cargo no governo, deixando assim para outro quadro a responsabilidade pela transição. Citam, por exemplo, o senador Humberto Costa (PT-PE). Caso decida ficar até o fim do seu mandato, ficaria inviabilizada a entrada de Gleisi



FABIO RODRIGUES-POZZEBOM/AGÊNCIA BRASIL/DIVULGAÇÃO/JC

Presidente criticou a condução da comunicação do governo

no governo. Isso porque ela assumiria apenas no segundo semestre de 2025 e precisaria deixar o cargo no primeiro do ano seguinte, para poder disputar as eleições.

Petistas dizem que Gleisi resiste às mudanças, mas, se decidir ir para o Desenvolvimento Social, responsável por programas sociais como o Bolsa Família, a dança das cadeiras dentro do partido poderia ser maior. Senador licenciado, Wel-

lington assumiria a liderança do governo no Congresso ou no Senado, funções hoje exercidas, respectivamente, por Randolfe Rodrigues (AP) e Jaques Wagner (BA).

A mudança iniciada “dentro de casa” seria seguida de uma reforma dedicada à acomodação de partidos aliados, tendo como baliza o resultado das eleições municipais, contemplando PSD, MDB e União Brasil.

Maioria do STF mantém Moraes em julgamento do golpe

/ JUDICIÁRIO

A maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) votou contra o pedido de Jair Bolsonaro (PL) para tirar o ministro Alexandre de Moraes da relatoria das ações sobre a tentativa de golpe de Estado de 2022 e dos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023.

O julgamento começou na manhã de sexta-feira. O presidente da corte, Luís Roberto Barroso, que é o relator do caso, foi seguido pelos ministros Edson Fachin, Gilmar Mendes, Flávio

Dino, Cristiano Zanin e Dias Toffoli - Moraes está impedido de votar neste julgamento específico. Os demais ainda não votaram.

A análise ocorre no plenário virtual da corte até a próxima sexta. Nesse ambiente, não há interação entre os ministros, que depositam seus votos em sistema eletrônico.

Barroso já havia negado o pedido em fevereiro deste ano. A expectativa em relação à análise da solicitação pelo colegiado é que ela seja novamente recusada.

Na nova decisão, Barroso

disse que os fatos narrados pela defesa do ex-presidente não caracterizam, minimamente, as situações legais que comprometeriam a parcialidade do julgador. “No recurso, a parte requerente continuou sem demonstrar de forma clara, objetiva e específica a existência de situação de parcialidade do julgador”, afirmou.

O presidente da corte também afirmou que a simples alegação de que Moraes seria vítima dos delitos em apuração não conduz ao automático impedimento do ministro para a relatoria da causa.

Ele acrescentou que os crimes de abolição violenta do Estado Democrático de Direito e de tentativa de golpe de estado, analisados nestes casos, “têm como sujeito passivo toda a coletividade, e não uma vítima individualizada”.

Além da solicitação de Bolsonaro, outras 191, de réus de casos relacionados, foram negados pelo presidente do STF. Todos os pedidos seguiram a mesma linha de argumentação, segundo a qual a imparcialidade do julgador está comprometida por ele ser também apontado como alvo da trama golpista.

Eleição de 2024 tem suspeita de transferência em massa de eleitores

/ JUSTIÇA ELEITORAL

As eleições de 2024 abrigaram a suspeita de uma fraude envolvendo pequenos e médios municípios de vários estados do País, em um possível esquema até agora pouco visível na lista dos malfeitos eleitorais: a compra de votos em massa por meio da transferência coletiva e ilegal de títulos de eleitores entre uma cidade e outra.

A Folha mapeou nos últimos meses na Justiça Eleitoral e na Polícia Federal prisões, operações e investigações que se espalharam pelo País em decorrência de transferências em bloco de domicílio eleitoral, o que em algumas cidades pode ter sido determinante para a eleição fraudulenta de prefeitos e vereadores.

Dados colhidos no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) mostram que 82 municípios - a grande parte deles com menos de 10 mil habitantes - viram seu eleitorado crescer entre 20% e 46% só com a transferência de títulos de outras cidades.

Devido a isso, 58 dessas cidades vivem a inusitada situação de

terem mais eleitores formais do que a população residente.

Considerando os municípios com aumento de 15% dos eleitores com as transferências de títulos, o número de cidades sobe para 229.

Um caso exemplar ocorreu em Fernão, a 400 quilômetros de São Paulo. A pequena cidade tem 1.656 moradores, de acordo com o Censo de 2022, o que inclui crianças e adolescentes que não votam. O eleitorado oficial, porém, é maior do que toda a população, 1.754, graças a um incremento de 17% só com a transferência de títulos.

O candidato Bill, do PL, foi eleito prefeito com diferença de apenas 1 voto em relação ao atual chefe do Executivo, Zé Fodra (PSD). Foram 522 votos a 521.

Bill, cujo nome é Eber Rogério Assis, é alvo do Ministério Público justamente sob a acusação de ter patrocinado de forma fraudulenta a transferência de mais de 60 eleitores de outras cidades para Fernão.

A Promotoria Eleitoral entrou com ação para impedir sua posse. Em rede social, ele disse que é alvo de acusações infundadas e injustas.



FOTO: ANTONIO AUGUSTO/STF/JC

Ministro Alexandre de Moraes seguirá à frente da relatoria do processo